
TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA (PESSOA JURÍDICA) PARA ESTRUTURAR, ELABORAR O DOCUMENTO DE DESIGN DO PROJETO (PDD) E CONDUZIR TODAS AS ETAPAS NECESSÁRIAS À CERTIFICAÇÃO DE PROJETO DE CARBONO AGRUPADO, CRIAR PUBLICAÇÕES E MATERIAIS DE REFERÊNCIA PARA FOMENTO E APRIMORAMENTO A PROJETOS DE *BLUE CARBON* COMUNITÁRIOS, BASEADO EM AÇÕES DE RESTAURAÇÃO ECOLÓGICA EM MANGUEZAIS, NO ÂMBITO DA INICIATIVA MANGUEZAIS DO BRASIL

Rio de Janeiro, 17 de novembro de 2025.

1. OBJETIVO

Contratação de serviço especializado (pessoa jurídica) para estruturar, elaborar e conduzir as etapas necessárias à certificação de um projeto de carbono agrupado com foco certificadoras reconhecidas pelo CCP e/ou metodologia registrada e aprovada pela SBCE, e criar publicações voltadas a orientações e referências para projetos em *Blue Carbon* em áreas comunitárias e protegidas, baseado em ações de restauração ecológica em manguezais apoiadas pela Iniciativa Floresta Viva – Edital Manguezais do Brasil, incluindo:

- Análise detalhada de viabilidade técnica, fundiária e legal da geração de créditos de carbono;
- Elaboração do Documento de Design do Projeto (PDD);
- Apoio à submissão e interlocução com padrão de certificação (Verra/VCS);
- Acompanhamento das etapas de validação, verificação e registro;
- Preparação do projeto para obtenção da certificação CCB (Climate, Community & Biodiversity Standards), conforme aplicável ao escopo e cronograma do projeto;
- Apoio à elaboração de minutas de contrato, documentos legais e diretrizes para CLPI (Consulta Livre, Prévia e Informada);
- Apoio técnico e operacional à negociação com as instituições proponentes dos oito projetos envolvidos, com interlocução direta com seus representantes, comunidades locais, proprietários de terras e, quando necessário, órgãos gestores de Unidades de Conservação;

- Execução de etapas complementares à certificação, como GHG Assertion, Non-Permanence Risk Analysis, elaboração do CCBA Template e apoio à contratação de entidade auditora (VVB);
- Apoio à definição da governança do projeto agrupado (Project Proponent, Owners, Implementing Partners);
- Suporte ao planejamento do sistema de MRV (monitoramento, reporte e verificação).
- Produção de reportes e publicações de referência, recomendações para fomentar projetos de crédito de carbono na carteira e ao mercado de carbono em manguezais no Brasil.

2. ANTECEDENTES E CONTEXTO

O Floresta Viva tem como objetivo geral contribuir para investimentos em restauração ecológica em biomas brasileiros, com a consequente obtenção de benefícios relacionados à preservação da biodiversidade, disponibilidade de recursos hídricos, redução da erosão, melhoria do microclima, remoção de dióxido de carbono da atmosfera e geração de empregos e renda.

A iniciativa opera sob o princípio da junção de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES com recursos de instituições apoiadoras. O Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO atua como parceiro gestor da iniciativa, sendo o responsável pela operacionalização e gestão dos recursos do Floresta Viva, em estreita articulação com o BNDES e as instituições apoiadoras.

O Edital Manguezais do Brasil, primeiro da iniciativa Floresta Viva, foi lançado com apoio financeiro do BNDES e da Petrobras com o objetivo de apoiar projetos de restauração ecológica em manguezais (incluindo salgados e apicuns), restingas e suas bacias drenantes no território brasileiro.

O processo de seleção das propostas resultou na contratação de oito projetos de restauração, que juntos somam uma área de cerca de 1.700 hectares a serem restaurados. As áreas de restauração se localizam em Unidades de Conservação, Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL) em imóveis rurais de até quatro módulos fiscais e assentamentos de reforma agrária, Territórios quilombolas e de outras comunidades tradicionais, Terras Indígenas e áreas públicas rurais/urbanas, terrenos de marinha e imóveis privados urbanos.

Dentre os objetivos do edital está o desenvolvimento de processos de certificação de carbono, compreendendo e endereçando os gargalos na validação e na verificação de projetos de carbono relacionados à restauração desses ecossistemas. Nesse sentido, o serviço descrito neste Termo de Referência tem como finalidade a contratação de consultoria especializada para a elaboração do Documento de Design do Projeto (PDD) e condução das

etapas necessárias à certificação de créditos de carbono gerados pelas ações de restauração dos projetos apoiados pelo edital, no âmbito da Iniciativa Floresta Viva.

3. ESCOPO DO TRABALHO/ATIVIDADES/PRODUTOS

Objetivo geral das atividades 1 a 7 – Projeto de carbono:

A consultoria contratada será responsável por conduzir todas as etapas técnicas necessárias à estruturação de um projeto de carbono voltado à geração de créditos no mercado voluntário, com base nas ações de restauração ecológica desenvolvidas pelos projetos selecionados no Edital Manguezais do Brasil. O escopo inclui a elaboração do Documento de Design do Projeto (PDD), a definição da abordagem metodológica, articulações com atores relevantes e a execução do processo de registro junto ao padrão de certificação reconhecido internacionalmente, até a obtenção do número do projeto e confirmação de status, bem como elaborar metodologias, protocolos de monitoramento, guias e publicações.

Atividade 1 – Elaboração do Plano de Trabalho

Metodologia:

A consultoria deverá participar de uma reunião inicial de alinhamento com o Núcleo Gestor do Edital Manguezais do Brasil – Floresta Viva, responsável pelo acompanhamento técnico da consultoria, para detalhamento dos itens do presente termo de referência e elaboração de Plano de Trabalho. Nesta reunião também serão disponibilizados ao/à contratado/a os insumos para a realização do trabalho (documentos relativos ao Edital Manguezais do Brasil e aos projetos selecionados e estudo de viabilidade de projetos de carbono no âmbito do Edital).

A reunião será realizada via plataforma online e terá duração de aproximadamente 2 horas.

O Plano de Trabalho deverá ser entregue em até 15 dias após a assinatura do contrato. Uma segunda reunião poderá ser agendada para apresentação e adequação da proposta de plano de trabalho.

Produto 1. Plano de Trabalho

O Plano de Trabalho deverá contemplar, no mínimo:

- Descrição detalhada das atividades a serem desenvolvidas, com metodologia e cronograma de execução.
- Equipe técnica responsável, incluindo nomes, formações e funções no projeto.
- Estratégia de comunicação e interlocução com o Núcleo Gestor.

- Identificação de possíveis riscos iniciais e proposição de ações de mitigação.
- Proposta de estrutura de relatórios, publicações e produtos subsequentes.

Atividade 2 – Análise técnica e de viabilidade como projetos de crédito de carbono dos projetos selecionados pelo edital Floresta Viva – Manguezais do Brasil

Metodologia:

A consultoria deverá elaborar um relatório com a análise dos projetos selecionados pelo Edital, com foco na elegibilidade, adicionalidade, escala e integridade ambiental para geração de créditos de carbono.

O relatório deverá apresentar a análise de viabilidade técnica para geração de créditos de carbono, indicando potenciais, lacunas, riscos e pontos de atenção, bem como recomendações para adequação de estratégias ou metodologias, quando cabível. Deverá ainda incluir:

- Diagnóstico fundiário detalhado das áreas dos 8 projetos;
- Verificação da adicionalidade e elegibilidade de cada área/projeto;
- Avaliação técnica da capacidade de remoção/estocagem de carbono em manguezais restaurados;
- Análise de viabilidade financeira de originação de crédito detalhada;
- Estudo preliminar dos riscos regulatórios e ambientais;
- Análise e proposição da estratégia mais adequada para submissão em projeto agrupado (*grouped project*) segundo critérios da Verra/VCS;
- Identificação de barreiras jurídicas e administrativas à certificação;
- Avaliação de critérios e elegibilidade para co-certificação CCB e proposição de etapas, ações e cronograma para certificação CCB.

Produto 2. Relatório técnico de elegibilidade dos projetos apoiados, com análise de viabilidade para geração de créditos de carbono

Atividade 3 – Levantamento e sistematização de dados

Metodologia:

A partir da análise técnica dos projetos selecionados pelo o edital e de outras fontes relevantes de informações, a consultoria deverá realizar o levantamento e sistematização de dados primários e secundários necessários à elaboração do PDD, incluindo, mas não se limitando a:

- Delimitação e mapeamento geoespacial das áreas de projeto.

- Identificação das espécies nativas envolvidas e seus métodos de plantio.
- Caracterização da linha de base, incluindo aspectos ambientais, sociais e econômicos relevantes.
- Levantamento de fatores de emissão e remoção aplicáveis.
- Compilação de dados de monitoramento pré-existentes, quando disponíveis.

Os dados deverão ser organizados em planilhas ou bancos de dados georreferenciados, entregues em formatos editáveis (Excel, *shapefiles*, KML/KMZ).

Atividade 4 – Metodologia de certificação de créditos de carbono

Metodologia:

A consultoria, com base nas informações levantadas nos Produto 1 e 2, deverá selecionar e aplicar a metodologia de carbono apropriada ao escopo e aos ecossistemas envolvidos. O projeto deve ser registrado em sistema de certificação reconhecido internacionalmente, seguindo padrões robustos; somente será aceita proposição de certificação via certificadoras reconhecidas pelo CCP e/ou metodologia registrada e aprovada pela SBCE.

Produto 3. Plano Metodológico detalhando a abordagem de certificação, o padrão adotado, a metodologia aplicada e a estratégia de monitoramento

Atividade 5 – Análise e integração de salvaguardas socioambientais e co-benefícios

A consultoria deverá realizar a avaliação detalhada das salvaguardas socioambientais aplicáveis ao projeto, considerando as exigências legais nacionais e as diretrizes dos padrões de certificação de carbono. Deverá também identificar, analisar e propor estratégias para a promoção dos co-benefícios sociais, ambientais e econômicos associados ao projeto, incluindo aspectos como:

- Repartição justa e equitativa de benefícios com comunidades locais, povos indígenas e tradicionais envolvidos ou impactados.
- Processos participativos de Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI), quando aplicável, alinhados às melhores práticas internacionais e aos requisitos do padrão de certificação adotado.
- Identificação dos riscos socioambientais, com proposição de mitigação;

Identificação de co-benefícios potenciais do projeto, como geração de renda local, fortalecimento de cadeias produtivas sustentáveis, conservação da biodiversidade, segurança alimentar, fortalecimento da governança local e valorização cultural. Essa atividade deverá ser

conduzida de forma transversal, articulada com as demais etapas do projeto, garantindo que as salvaguardas e os co-benefícios estejam plenamente integrados ao Documento de Design do Projeto (PDD) e ao processo de certificação.

Produto 4. Relatório de salvaguardas socioambientais e co-benefícios e proposta de publicação

Atividade 6 – Elaboração do Documento de Design do Projeto (PDD)

Metodologia:

A consultoria deverá elaborar, em conformidade com os requisitos do padrão de certificação escolhido, o Documento de Design do Projeto (PDD).

O PDD deverá contemplar todos os itens requeridos pela metodologia selecionada e aprovada junto ao Núcleo gestor, no mínimo:

- Descrição detalhada do projeto e atividades previstas.
- Área de projeto georreferenciada, incluindo mapas e coordenadas.
- Análise de adicionalidade e linha de base.
- Cálculos de estimativa de redução ou remoção de GEE, conforme metodologia aplicada.
- Plano de monitoramento, incluindo parâmetros, periodicidade e métodos.
- Avaliação de riscos e estratégias de mitigação.
- Co-benefícios ambientais, sociais e econômicos do projeto.

Atividade 7 – Preparação e validação do projeto de crédito de carbono

Metodologia:

A consultoria deverá articular com a entidade certificadora e realizar a validação do projeto, incluindo:

- Submissão do PDD e documentos requeridos ao padrão de certificação.
- Articulação e interlocução com a entidade certificadora e demais instituições designadas para validação e verificação.
- Acompanhamento técnico de todo o processo de validação.

- Elaboração de respostas técnicas e esclarecimentos solicitados pela entidade certificadora e demais instituições designadas para validação e verificação, até aprovação final do PDD.

Produto 5. Documento de Design do Projeto (PDD) completo, elaborado em conformidade com o padrão de certificação selecionado, incluindo todos os anexos técnicos necessários para submissão e validação.

Produto 6. Reporte executivo das etapas do processo de validação.

Atividade 8 – Registro do projeto de crédito de carbono

Metodologia:

A consultoria deverá definir a estratégia de registro do projeto no padrão de certificação do mercado voluntário escolhido (ex.: Verra/VCS, Gold Standard), incluindo, mas não se limitando a:

- Descrição dos requisitos para registro e operacionalização do projeto.
- Orientações sobre eventuais taxas e etapas administrativas do registro.

A consultoria também será responsável por executar o processo de registro junto ao padrão de certificação, até a obtenção do número do projeto e confirmação de status.

Produto 7. Registro do projeto de carbono e relatório com recomendações para sua operacionalização.

Atividade 9 – Produção de Publicações, Guias e Protocolos de Referência

Descrição: A consultoria deverá em conjunto com o Núcleo Gestor da Iniciativa sistematizar lições aprendidas, orientações e guias, inclusive para publicação voltados a preencher gaps de conhecimento em metodologias, boas práticas e subsídios que fomentem projetos em *Blue Carbon* no Brasil sobretudo com alta integridade, qualidade e envolvimento comunitário.

Produto 8 – Recomendações e Publicações, sendo, no mínimo, entre os seguintes temas:

- Publicação / Guia com orientações/boas práticas em salvaguardas socioambientais para projetos em *Blue Carbon* no Brasil
- Protocolo para implementação de projetos de *Blue Carbon* no Brasil e/ou outros como produtos do processo

- Publicação ou Guia com lições aprendidas, propostas e/ou aprimoramentos metodológicos para *Blue Carbon* no Brasil.
- Recomendações Técnicas e Requisitos para ingresso de novos projetos de restauração de manguezais na carteira e/ou ampliação dos projetos em curso.

No decorrer do processo, caso haja oportunidade de ajustes nas temáticas das publicações, deverão ser submetidas para aprovação do Núcleo Gestor do edital Manguezais do Brasil.

Produto 9. Relatório final consolidado e Apresentação Executiva do processo e resultados diagramada para disseminação junto a stakeholders.

Entrega e Apresentação dos Produtos

A consultoria deverá prever disponibilidade para reuniões técnicas de alinhamento junto ao Núcleo Gestor, considerando todas as atividades, sob demanda.

Após a entrega de cada produto, a consultoria deverá realizar uma reunião de apresentação com a equipe técnica do Núcleo Gestor, composta por representantes da Petrobras, FUNBIO e BNDES.

A reunião deverá ser agendada em até cinco dias úteis após a entrega do produto e realizada preferencialmente em formato online, via Microsoft Teams, salvo outra definição acordada entre as partes. Caberá à consultoria enviar o convite com link de acesso e material de apoio, além de preparar uma apresentação em slides destacando as principais conclusões, análises, recomendações e próximos passos relacionados ao produto entregue. A duração estimada da reunião é de duas horas, incluindo tempo para perguntas, esclarecimentos e alinhamentos necessários.

4. RESULTADOS, PAGAMENTO E CRONOGRAMA

A consultoria deverá realizar as atividades descritas, apresentando como resultado os produtos especificados nos prazos relacionados abaixo:

Nº	Produto	Prazo de entrega (dias corridos a partir da assinatura do contrato)	% do valor do contrato
1	Plano de Trabalho ajustado	15	5%
2	Relatório técnico de elegibilidade	45	10%

3	Plano metodológico	105	12%
4	Relatório de salvaguardas socioambientais e co-benefícios	135	10%
5	Documento de Design do Projeto (PDD)	165	12%
6	Reporte executivo das etapas do processo de validação	195	10%
7	Registro do projeto de carbono e relatório com recomendações	225	15%
8	Publicações e Recomendações	255	10%
9	Relatório final consolidado e Apresentação Executiva	285	16%

As atividades descritas neste Termo de Referência serão desempenhadas de acordo com o cronograma de entrega e revisão dos produtos. O prazo total de vigência contrato será de 365 dias (12 meses) contados a partir da data de sua assinatura.

A forma de remuneração dos serviços é por preço global, inclusos no custo da contratação a remuneração dos serviços prestados e quaisquer outros insumos necessários à execução dos trabalhos, bem como os impostos, taxas, seguros e etc.

A consultoria deverá encaminhar uma cópia de todos os produtos finais para o FUNBIO, em meio digital (por e-mail, para contratos@funbio.org.br), devidamente aprovados pelos responsáveis pelo acompanhamento técnico.

O pagamento será feito em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento, no FUNBIO, da nota fiscal e do Termo de Recebimento e Aceite – TRA emitido pelos responsáveis pelo acompanhamento técnico.

5. FORMA DE APRESENTAÇÃO

Os produtos deverão ser entregues em formato digital, via e-mail ou plataforma de compartilhamento acordada entre as partes (como SharePoint, Teams, etc.), garantindo pleno acesso aos documentos.

Cada produto deverá incluir uma versão em PDF para registro oficial e uma versão editável (Word, Excel, *shapefile*, KML/KMZ ou outro formato adequado), de modo a permitir revisões, adaptações e integração aos sistemas das instituições envolvidas. As publicações deverão ser em formato digital diagramadas.

Qualquer planilha de base de cálculo, *shapefiles* e outros materiais resultantes do objeto desta consultoria, deverão ser igualmente entregues via e-mail ao responsável mencionado neste Termo de Referência.

Todos estes documentos pertencerão ao contratante, e deverão ser entregues antes da data fixada para o término do contrato.

A contratada poderá reter cópia dos produtos acima indicados, mas sua utilização para fins diferentes do objeto deste instrumento dependerá de autorização prévia e expressa do contratante, mesmo depois de encerrado o contrato.

6. INSUMOS NECESSÁRIOS

Os trabalhos/serviços de escritório e virtuais a serem prestados pela consultoria serão realizados com equipamentos e espaço físico da contratada.

A equipe de coordenação do Floresta Viva fornecerá toda a documentação da iniciativa necessária ao desenvolvimento das atividades previstas neste Termo de Referência, ficando o levantamento das informações necessárias para o desenvolvimento da consultoria sob responsabilidade da contratada.

As reuniões deverão ser realizadas em formato online com a participação da equipe de coordenação do Floresta Viva, Núcleo Gestor do Edital Manguezais do Brasil e seus eventuais convidados. Caso sejam identificadas outras reuniões necessárias para fins de elaboração dos produtos citados neste documento, estas poderão ser requisitadas pela equipe de supervisão ou pela consultoria, sem alteração no valor da contratação.

Caso haja necessidade de reuniões presenciais ou vistorias de campo, o custo das viagens (diárias e passagens) será coberto pelo contratante, com recursos do Edital Manguezais do Brasil.

7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.1. Qualificação mínima da equipe:

Para essa consultoria, a equipe deve ser multidisciplinar para garantir o sucesso das diversas atividades relacionadas, devendo ser composta por, ao menos, os seguintes profissionais:

- **Coordenador Geral:** Responsável por supervisionar todas as atividades do projeto, garantindo o cumprimento dos prazos e objetivos estabelecidos. Será o ponto focal para a comunicação entre os membros da equipe, parceiros externos e partes interessadas. Suas responsabilidades incluem o planejamento estratégico, alocação de recursos, resolução de problemas, relatórios de progresso e garantia da qualidade geral do trabalho realizado. O Coordenador Geral é fundamental para assegurar a

eficiência e eficácia do projeto como um todo. Apoiar na interface e negociação junto a poder público e outros stakeholders.

- **Consultor e/ou Especialista Especializado em Carbono e Certificação (nível sênior ou superior):** Responsável por liderar as atividades relacionadas à análise de padrões de certificação de créditos de carbono, legislação nacional e estadual relevante, além de auxiliar na definição do plano de trabalho para a certificação do projeto de carbono.
- **Especialista em Mapeamento de Carbono e Viabilidade de Projetos:** Responsável pela realização de análises espaciais e cartografia digital do potencial de remoção de carbono, desenvolvimento de estudos de viabilidade técnica e econômica e apoio à elaboração do PDD.
- **Especialista em Monitoramento e Avaliação de Projetos de Manguezais (nível sênior ou superior):** Responsável por realizar visitas técnicas de campo, acompanhar a execução dos subprojetos e verificar o uso dos recursos repassados às instituições executoras. Deve analisar documentos e produtos apresentados, emitir pareceres técnicos e recomendar ajustes ou melhorias quando necessário. Também deverá liderar a produção e sistematização de conhecimentos, pesquisando e revisando referências relacionadas a projetos de *Blue Carbon* no Brasil e seus desafios, bem como elaborar e organizar protocolos, guias, orientações técnicas e outras publicações.
- **Especialista em Salvaguardas (nível sênior ou superior):** Responsável por planejar e acompanhar a implementação das salvaguardas socioambientais, realizando visitas técnicas de campo (quando aplicável), análise de conformidade com os requisitos do padrão de certificação e proposição de medidas corretivas ou preventivas, garantindo o atendimento aos direitos de comunidades locais, povos tradicionais e demais atores envolvidos.
- **Assessoria Jurídica (nível sênior ou superior):** Conduzir análise fundiária (titularidade, cadeia dominial, certidões, conflitos e sobreposições com UC, terras indígenas, quilombolas e demais áreas protegidas); Verificar a regularidade ambiental e documental (CAR, licenças, autorizações, planos e compromissos ambientais); Avaliar a conformidade legal do projeto com legislação ambiental, agrária e fundiária, bem como com padrões internacionais; Elaborar e/ou revisar instrumentos jurídicos e contratos (cessão de uso, acordos com comunidades, MOUs,, repartição de benefícios); Apoiar a estruturação dos mecanismos de governança e repartição de benefícios, garantindo segurança jurídica aos participantes; Identificar e analisar riscos jurídicos (litígios, passivos ambientais, cadastros irregulares, disputas territoriais); Emitir pareceres e notas técnicas para subsidiar decisões; Realizar due diligence legal de áreas, proponentes e parceiros; Acompanhar mudanças regulatórias relacionadas a carbono, clima, biodiversidade, fundiário e direitos de populações tradicionais; Apoiar juridicamente auditorias, validações e verificações de certificadoras e órgãos ambientais.

Além dos requisitos técnicos mínimos descritos acima, será considerado diferencial que os profissionais tenham:

- ✓ Experiência comprovada em estudos ou projetos de carbono em Unidades de Conservação e em áreas de domínio de povos e comunidades tradicionais;
- ✓ Experiência prévia no desenvolvimento de estudos ou projetos de carbono envolvendo ecossistemas costeiros, incluindo manguezais (salgados e apicuns), restingas e suas bacias de drenagem.

A experiência indicada pelos candidatos deverá ser comprovada mediante apresentação de documentação específica quando solicitado pelo contratante.

7.2. Qualificação mínima da consultoria:

A empresa deverá comprovar experiência institucional de no mínimo 5 anos na execução de projetos socioambientais na estruturação ou operação de projetos de carbono (ou equivalentes), demonstrando capacidade técnica, administrativa e financeira para conduzir as atividades propostas.

A empresa deverá apresentar portfólio institucional, contendo:

Descrição de projetos já desenvolvidos relacionados a carbono, conservação, restauração, mapeamento de carbono, planejamento de paisagem, monitoramento socioambiental ou certificações;

Resultados obtidos (ex.: validações, verificações, geração de créditos, publicação de metodologias, protocolos ou estudos técnicos);

Experiência de atuação com comunidades locais ou povos e comunidades tradicionais;

Comprovada capacidade de gestão de múltiplos parceiros.

8. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

O objeto deste termo de referência será desenvolvido sob a supervisão da gerência do Floresta Viva no FUNBIO, que terá pleno acesso a todas as informações e atividades realizadas para a execução dos serviços deste termo de referência.